OLÍVIA ALVES BARBOSA

**AS TENSÕES ENTRE MORAL RELIGIOSA E O DIREITO DA PESSOA NA
CONFORMAÇÃO DAS ENTIDADES FAMILIARES**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Associada Dr^a. Elza Antonia Pereira Cunha Boiteux

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO - SP

2017

OLÍVIA ALVES BARBOSA

**AS TENSÕES ENTRE MORAL RELIGIOSA E O
DIREITO DA PESSOA NA CONFORMAÇÃO DAS
ENTIDADES FAMILIARES**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direitos Humanos, sob orientação da Professora Associada Dr^a. Elza Antonia Pereira Cunha Boiteux.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Barbosa, Olívia Alves

As tensões entre moral religiosa e o direito da
pessoa na conformação das entidades familiares /
Olívia Alves Barbosa ; orientadora Elza Antonia
Pereira Cunha Boiteux -- São Paulo, 2017.
169 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direitos Humanos) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2017.

1. Direitos Humanos. 2. Sexualidade. 3. Religião.
4. Família . 5. Democracia. I. Boiteux, Elza Antonia
Pereira Cunha , orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Denise Alves, por todo conforto e incentivo que me deu ao longo da vida, por seus sacrifícios pessoais, por seu carinho, apoio e ajuda na realização de todos os meus planos e, principalmente, por seu amor incondicional. Ao meu pai, Ivan Barbosa, pela paciência que tem com minhas ausências e por ser um modelo de honestidade e ética pelo qual sempre me guiei. Ao meu irmão, Carlos Alves, por seu carinho, delicadeza e por estar sempre presente em meu coração, mesmo que à distância. Ao meu avô, Paulo Alves, por ter me ensinado o prazer em aprender.

À minha sogra, Regina Reverendo Vidal, agradeço por ter nos recebido carinhosamente em sua casa no último ano de mestrado e pelos momentos de descontração que tivemos em sua cozinha.

Aos amigos, Sandra Della Mônica e Iberê Machado, com os quais pude contar quando precisei encontrar um espaço que fosse meu em São Paulo. Aos meus amigos queridos, Alex Trevisan, Flávia Schmidt e Maristela Schmidt, agradeço por terem me acolhido em suas casas no primeiro ano de mestrado e pela amizade leal e sincera. Às minhas amigas franciscanas, Vivian Rey e Juliana Matsumoto, pelas risadas, pelas brincadeiras e pela alegria que tenho ao estar com elas. À Eliane Pedretti por sempre me acudir nos momentos de tensão, sem nunca recusar ajuda. À Zilma Araújo, pelos cafés da tarde e pelo bom humor. Ao Polvilho, pela lealdade e companhia.

Aos funcionários da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, especialmente aos funcionários da biblioteca e da secretaria de pós-graduação, pela paciência com que sempre me atenderam.

Ao professor Marcelo Natividade, por me apresentar uma literatura antropológica apaixonante, por me levar a campo e por me incluir em seu grupo de pesquisa no CEBRAP. Aos professores Gustavo Ferraz de Campos Monaco e Camila de Jesus Mello Gonçalves pelas valiosas contribuições na banca de qualificação. À professora Elza Boiteux, por sua orientação, pela paciência com minhas idas e vindas a São Paulo, pela confiança que depositou em mim e pela leitura rigorosa e generosa que fez desta dissertação.

À Renata Nagamine, pelo mundo que construímos juntas, por dividir a vida comigo, os planos e os sonhos. Por ter escutado tantas e tantas vezes minhas dúvidas e indagações em relação a esta dissertação, por me incentivar, por me ensinar a confiar no trabalho duro, pelas numerosas leituras que fez desta pesquisa. E, principalmente, por me encher todos os dias de amor e coragem.

A todas essas pessoas, meu agradecimento sincero.

RESUMO

BARBOSA, Olívia. As tensões entre moral religiosa e o direito da pessoa na conformação das entidades familiares. 169 folhas. Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O escopo desta pesquisa é analisar as tensões entre a moral religiosa e os direitos de gays e lésbicas na controvérsia pública em torno do conceito jurídico de “entidade familiar”. Inicialmente, nos concentraremos na decisão do STF (ADPF 132 e ADI 4.277) que regulou a união estável entre pessoas do mesmo sexo, proferida em maio de 2011. Em seguida, abordaremos a discussão do projeto de lei 6.583/2013 que restringe o conceito de 'entidade familiar' ao núcleo formado pela união de um homem e uma mulher ou por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. Seus defensores argumentam que a definição segue o Código Civil e a Constituição Federal, que, restringiram-se a regular a relação entre um homem e uma mulher. Seus detratores argumentam que por força dos princípios da igualdade e da não discriminação, a liberdade de orientação sexual é protegida pela Constituição. A atuação de políticos cristãos conservadores em torno do estatuto é decisiva para a recuperação do controle dos debates sobre sexualidade e assinala uma forma específica de atuação política do religioso, que configuraria um 'secularismo estratégico'. Pretendemos trabalhar, com uma revisão bibliográfica da doutrina de direito de família, com jurisprudência sobre direitos de LGBTs e com a análise de projetos de lei, pareceres dos Deputados e Senadores, notícias de jornal, discursos e audiências públicas. A partir das adaptações estratégicas do religioso no debate em torno do conceito de família proposto pelo PL 6.583/2013, pretendemos analisar a relação entre religião e democracia.

Palavras-chaves: Direitos Humanos; Sexualidade; Religião; Família; Democracia.

ABSTRACT

BARBOSA, Olívia. The tensions between the religious morality and the right of the person in the formation of family entities. 169 pages. Masters. School of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The scope of this research is to analyze the tensions between religious morality and the rights of gays and lesbians in the public controversy around the legal concept of "family". Initially, we focus on the decision of the Brazilian's Supreme Court (ADPF 132 and ADI 4,277) regulating same-sex marriage. Then, we analyse the public debate about the Bill 6583/2013 that restricts the concept of 'family' to the the union between a man and a woman or to the unity formed by one of the parents and their descendants. Proponents argue that the Bill's definition of family follows the Civil Code and the Federal Constitution, which regulate stable relationships between a man and a woman. Its opponents argue that under the principles of equality and non-discrimination self-determination in sexual matters is protected by the Federal Constitution. The role of the conservative Christian politicians in assuring the Bill makes headway in the Brazilian National Congress has been decisive. Our primary sources are judicial decisions of the Brazilian Judiciary on LGBT rights, speeches and stances of the Brazilian congressmen, newspaper articles, and public hearings. In order to analyse this material focusing on the role of conservative Christian politicians in such public debate and in the Federal Legislative, we intend to work with a literature on family law, constitutional law, and political theory on the relationship between religion and democracy.

Keywords: Human rights; Sexuality; Religion; Family; Democracy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E JURÍDICAS DA FAMÍLIA 14	
1.1.Tradicionais e novas concepções de família.....	14
1.2. Impactos das transformações sociais no direito de família.....	22
1.3. Embates da comunidade jurídica acerca da ampliação do conceito de família.....	25
1.4. As uniões homoafetivas na ADI 4.277 e na ADPF 132	44
CAPÍTULO 2. UMA CATEGORIA EM DISPUTA: A FAMÍLIA EM DEBATE NO CONGRESSO NACIONAL	63
2.1. Estatutos da(s) família(s): PL 6.583 e PLS 470/2013.....	63
2.2. A base natural da sociedade.....	70
2.3. A homoparentalidade e os direitos da criança	78
2.4. Contraponto	89
2.5. Uma análise dos limites da democracia e das relações institucionais no debate sobre direitos de gays e lésbicas no Brasil	92
CAPÍTULO 3. REPENSANDO O LUGAR DA RELIGIÃO: A REARTICULAÇÃO DO RELIGIOSO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA	113
3.1. A participação de parlamentares cristãos no Estatuto da Família	113
3.2. Laicidade e secularismo no Brasil	121
3.3. Lei civil, lei religiosa e o lugar das decisões políticas.....	130
3.4. Religião e <i>ethos</i> constitucional no Brasil contemporâneo: a pluralidade na democracia brasileira.....	141
CONCLUSÃO	148
BIBLIOGRAFIA	159

INTRODUÇÃO

Como acontece em outros ordenamentos, os contornos da concepção de família no direito brasileiro têm implicações jurídicas amplas. Deles decorre a atribuição ou a negação de uma série de direitos, entre os quais o direito a alimentos, direitos sucessórios, direitos previdenciários, direitos no campo contratual, trabalhista e tributário. Em termos de políticas públicas, a “entidade familiar” é central para programas sociais como o “Bolsa Família” e o “Minha Casa Minha Vida”.

Pela importância da família como fundamento de direitos¹, pretendemos analisar, nesta pesquisa, a discussão sobre o conceito jurídico de “entidade familiar”. Desde ao menos 2013, sua definição e efeitos jurídicos têm suscitado intensas disputas no Congresso Nacional como aquele em torno do Projeto de Lei 6.583, de 2013, conhecido como “Estatuto da Família”. Apresentado pelo deputado federal Anderson Ferreira, eleito pelo Partido da República (PR-PE) em 2010, o Estatuto da Família define “entidade familiar” como *núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes* (art.2º).

Como dissemos, essa definição tem gerado disputas acaloradas no Congresso Nacional e na sociedade brasileira, no bojo das quais se apresentam posicionamentos públicos diversos e não raro frontalmente discordantes. Podemos considerar que, com o “Estatuto da Família”, instaura-se uma “controvérsia” em sentido próprio, que por ora podemos conceituar como discursos diferentes e potencialmente discordantes, enunciados na esfera pública e relacionados com um mesmo problema social².

A controvérsia em questão foi tema de uma enquete do Portal da Câmara³, criada em fevereiro de 2014 e encerrada em agosto do mesmo ano. Nela se perguntava: *you agree with the definition of family as a nucleus formed from the union between man*

¹ Empregaremos o termo “fundamento de direito” no sentido de fonte material ou daquilo que é exterior ao direito e de que, ao mesmo tempo, emanam direitos.

² MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.32, n. 1, pp. 167-183, 2012, p.178.

³ BRASIL. Portal da Câmara. *Conceito de entidade familiar no Estatuto da Família*. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/enquetes/listaEnquete>>. Acesso em: 30 de junho de 2015.

e mulher, prevista no projeto que cria o Estatuto da Família? A enquete bateu o recorde de votação do site da Câmara, com 10,2 milhões de votos. Ela movimentou, de um lado, grupos em defesa dos direitos da comunidade de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) e, de outro, lideranças evangélicas, cada um pedindo votos para o seu lado. Ao ser encerrada, a enquete registrou 5,3 milhões de votos contrários à proposta, ou 51,6% do total, enquanto os votos a favor da proposta somaram 4,9 milhões, ou 48,09% do total⁴.

Para o autor da proposta, o deputado federal Anderson Ferreira, e os defensores dela, entre os quais inúmeras instituições religiosas, a definição de família como entidade formada por um homem e uma mulher consiste em um instrumento de defesa da família tradicional brasileira, que em seu entender se confunde com a família natural. Para outros políticos e instituições, como parlamentares do PT e do PSOL, o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), o movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) brasileiro e organizações de direitos humanos, a definição de família que se pretende consagrar com o Estatuto da Família é demasiado restrita. Para esses atores políticos, ela não reconhece formações familiares que, segundo o Censo 2010, compõem mais da metade dos lares brasileiros⁵. Entre essas formações marginais ao modelo proposto pelo Estatuto se destacam (i) as famílias compostas por irmãos, tios e sobrinhos, avós e netos, (ii) as chamadas famílias-mosaico, i.e., famílias recompostas, formadas por um pai, uma mãe, seu(s) filho(s) de outro(s) casamento(s) e filho(s) em comum, e (iii) as famílias formadas por pessoas do mesmo sexo, travestis e transexuais.

Olhando para as circunstâncias em que o Projeto de Lei 6.583/2013 foi proposto, podemos perceber que ele se coloca como uma resposta à decisão do STF regulando a união estável entre pessoas do mesmo sexo – ou ‘união homoafetiva’ – proferida em maio

⁴ A vitória do "não", porém, está sendo contestada. Um relatório do Centro de Informação da Câmara detectou que pelo menos 1,6 milhão de votos contrários à proposta foram registrados por apenas um único IP, ou seja, um computador ou uma rede de computadores conectados a um roteador. Se fossem descontados os 1,6 milhão de votos suspeitos, o resultado da enquete seria alterado e o "sim" ganharia, com 4,9 milhões de votos contra 3,7 milhões dos contrários à proposta. Ao que parece, não foram levantados, contudo, votos suspeitos a favor do "sim". (PRAZERES, Leandro. Câmara prevê fraude e fecha enquete do Estatuto da Família com 10 milhões de votos. *UOL*, Brasília, 28 ago. 2015. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/08/28/camara-detecta-fraudes-e-muda-sistema-de-enquetes.htm>>. Acesso em 15 de outubro de 2016).

⁵ BRASIL. Censo demográfico 2010. *Famílias e domicílios*: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=797>>. Acesso em 04 de maio de 2015.

de 2011 (ADPF 132 e ADI 4.277)⁶⁻⁷ e à Resolução nº. 175, de maio de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), proibindo que os cartórios se recusem a celebrar o casamento ou a converter a união estável de gays, lésbicas, travestis e transexuais em casamento. Tendo em conta o processo político de afirmação dos direitos dessas pessoas de orientação sexual não heterossexual, o projeto aparece, assim, como uma ação intencionalmente destinada a negar-lhes os direitos de conjugalidade decorrentes da decisão do STF.

No debate em torno do Projeto de Lei nº. 6.583/2013 contrapõem-se diferentes visões do direito e prioridades em termos de bens jurídicos. De um lado, argumenta-se que a definição de "entidade familiar" segue a letra do Código Civil (art. 1.514⁸ e 1723⁹) e da Constituição Federal (art. 226¹⁰), que teriam se restringido a regular apenas a relação entre um homem e uma mulher. Os que se colocam desse lado da controvérsia ressaltam que a família é protegida por ser, na letra da Constituição, a base da sociedade brasileira. Do outro lado da controvérsia, argumenta-se que a liberdade de se orientar sexualmente está compreendida na autodeterminação individual, igualmente protegida pela Constituição e inscrita no rol dos direitos fundamentais (art. 5, inciso X¹¹). Os que sustentam essa posição parecem elaborar sobre a ideia de autonomia de Immanuel Kant, para o qual o traço fundamental de humanidade do ser humano seria a capacidade de ditar regras para si mesmo. Em uma leitura corrente dos escritos de Kant, decorreriam da autonomia tanto a participação nos atos do governo quanto a possibilidade de autodeterminação pessoal¹². Em termos mais prosaicos, isso significaria que cada um define a sua própria humanidade determinando o bom e o bem para si. Os entusiastas da regulação judicial das relações de

⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade Distrito Federal. Órgão Julgador: Plenário, Relator: Carlos Ayres Britto, Brasília, 05 de maio de 2011.

⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Rio de Janeiro. Órgão Julgador: Plenário, Relator: Carlos Ayres Britto, Brasília, 05 de maio de 2011.

⁸ Art. 1.514. O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.

⁹ Art. 1723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

¹⁰ Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (Regulamento)

¹¹ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (...).

¹² KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução de Leopoldo Holzbach, São Paulo: Martin Claret, 2008.

conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo lançam mão, enfim, do argumento de matriz kelseniana segundo o qual a Constituição não interdita o reconhecimento da união homoafetiva e, por força dos princípios da igualdade e da não discriminação (art. 5, *caput*), determinaria que relações públicas e duradouras entre pessoas do mesmo sexo recebam tratamento igual ao dispensado à união entre um homem e uma mulher. Nessa linha, não caberia ao Estado estabelecer uma diferença de tratamento entre projetos de vida individuais¹³.

Em uma análise mais fina, é importante considerar que o polêmico Projeto de Lei do deputado Anderson Ferreira e os debates a seu respeito se inserem em uma disputa em torno da definição de família que tem sido travada em um espaço mais amplo, compreendendo tanto o plano interno de outros Estados quanto o plano propriamente internacional, i.e., em instituições internacionais, com destaque para a ONU e cortes regionais de direitos humanos. É interessante ponderar que não há, na esfera internacional, um tratado específico sobre direitos de gays, lésbicas, travestis e transexuais, nem há menção ao coletivo ou à minoria LGBT em diplomas legais internacionais. Sem nos alongarmos no assunto, essa ausência nominal no direito internacional assinala as resistências ao tema e o desacordo entre os Estados a seu respeito, mas não tem impedido que os direitos humanos sejam usados pelos diversos movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) nacionais para formular demandas dos indivíduos ao Estado. Além disso, como dissemos, cortes regionais de direitos humanos se manifestam sobre os direitos de gays e lésbicas, enunciando decisões que abarcam desde o uso do direito penal para regular as práticas homoeróticas consensuais entre adultos até a homoconjugalidade e a homoparentalidade¹⁴⁻¹⁵. Apenas a título de ilustração, a Corte Europeia, em decisão ao caso *Schalk e Kopf v. Áustria*, de 2010, declarou que não caberia mais aos Estados europeus determinar se relações entre pessoas do mesmo sexo constituem ou não entidade familiar: preenchidos os requisitos impostos às relações heterossexuais, não há, em seu entender, diferença entre os dois tipos de arranjo familiar. Por sua vez, a Corte Interamericana de Direitos Humanos decidiu, em 2012, o caso *Atala Riffo e filhas c.*

¹³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Pleno - Discussão sobre união estável entre pessoas do mesmo sexo*. Disponível em: <<http://youtu.be/jVKiznsoNtQ>>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

¹⁴ O termo homoparentalidade foi utilizado pela primeira vez na França, em 1996, pela Associação dos Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL).

¹⁵ NAGAMINE, Renata Reverendo Vidal; NATIVIDADE, Marcelo. Entre hospitalidade e hostilidade: políticas sexuais em perspectiva internacional. In: NATIVIDADE, Marcelo (org.). *Nas margens da política: Estado, religião e direitos sexuais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, pp. 187-242.

Chile, o primeiro sobre direitos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) a ser apreciado pelo sistema interamericano. Em sua decisão, a Corte Interamericana entendeu que a orientação sexual de Karen Atala Rizzo, mãe de três filhas, teria sido determinante para a perda de guarda em favor do pai e que isso violava o direito da mãe e das filhas de não serem discriminadas.

Esses movimentos no plano internacional são importantes para a discussão do tema no Brasil. O Poder Executivo federal brasileiro torna-se mais atuante em matéria de direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais a partir dos anos 2000. Nesse período são adotadas ações pontuais, políticas públicas e esses direitos são inseridos no Plano Nacional de Direitos Humanos, dando cumprimento aos compromissos que o Brasil assumiu na Conferência da ONU sobre Direitos Humanos de Viena, em 1993. O impacto dos direitos humanos na agenda LGBT também ficou claro no caso da regulação da união estável pelo STF. Na sessão, eles têm destaque na locução do então advogado do governador do Estado do Rio de Janeiro e atual ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, e de representantes de alguns *amici curiae*¹⁶. Após a aprovação do PL 6.583/2013, o Estatuto da Família, pela Câmara dos Deputados, o sistema ONU no Brasil divulgou uma nota em que avalia positivamente as decisões do Estado Brasileiro, que incorporam em seu ordenamento jurídico a garantia de direitos dos integrantes de diversos arranjos familiares. A nota enaltece as decisões do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a união contínua, pública e duradoura entre duas pessoas do mesmo sexo e a Resolução nº 175, do Conselho Nacional de Justiça, que proíbe aos cartórios de se recusarem a celebrar o casamento civil ou a converter em casamento a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Segundo a entidade, decisões como estas se alinham à jurisprudência de órgãos de tratados das Nações Unidas, que têm reiterado serem a orientação sexual e a identidade de gênero motivos de discriminação proibidos pelo Direito Internacional. A nota coloca a preocupação do Sistema ONU com o fato de o PL 6583/2013 apresentar uma definição jurídica de família mais restritiva do que a que atualmente vigora no país e entende que, se aprovada, a referida legislação contrariará o princípio da irreversibilidade dos direitos humanos.

¹⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Pleno - Discussão sobre união estável entre pessoas do mesmo sexo*. Disponível em: <<http://youtu.be/jVKizns0NtQ>>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

Para o antropólogo Português, Miguel Vale de Almeida, os direitos humanos são uma força desestabilizadora do Estado, porquanto, tomados como elementos de um suposto contrato social global, sua agenda é progressivamente mais inclusiva e eles são acordados, enunciados depois de negociações entre Estados muito diferentes, “com culturas de religiosidade e de laicidade diferentes”. Os direitos humanos ampliariam a cidadania para além de simplesmente definir “quem” é cidadão, i.e., para além de incluir grupos de pessoas na cidadania: eles a ampliariam definindo, além disso, o que se pode pedir do poder público, ou seja, alargando o “como” de um poder que também é empregado para controlar a sexualidade. Também por essa razão Almeida entende que, para poder conceber o “cidadão homossexual”, é preciso contar com uma concepção de pessoa homossexual, o que significa que é preciso concebê-lo como “recipiente de direitos”. Justamente essa concepção de pessoa homossexual, “recipiente de direitos”, seria oferecida pelos direitos humanos¹⁷.

Segundo o sociólogo Luiz Mello¹⁸, o movimento LGBT brasileiro tem tido atuação importante na formulação e no endereçamento de demandas ao Executivo desde os anos 1970. De meados da década de 1990 em diante, ele teria incorporado o que Mello chama de “ideário familista”, ao defender o reconhecimento da igualdade entre casais homo e heterossexuais. E desde os anos 1990 as ações do movimento e os projetos de lei que dão prioridade à liberdade de orientação sexual têm suscitado sistemáticas respostas religiosas. O primeiro projeto de lei combatido de modo mais consistente por atores religiosos foi o PL 1.151/95, apresentado pela deputada federal, na época, Marta Suplicy propondo uma regulação da união civil entre pessoas do mesmo sexo¹⁹. De acordo com Mello, a demanda inicial do movimento pela regulação do casamento entre pessoas do mesmo sexo transformou-se em uma demanda por amparo legal às relações homoafetivas estáveis. Inúmeros fatores concorreram para essa transformação, com destaque para a influência do debate em outros países. Mello lembra, nesse sentido, que o movimento LGBT brasileiro abandona estrategicamente aquela demanda inicial, ou seja, o reconhecimento “da mesma

¹⁷ ALMEIDA, Miguel Vale de. *A chave do armário: homossexualidade, casamento, família*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010, p. 30-45.

¹⁸ MELLO, Luiz. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 142.

¹⁹ Após a o julgamento da ADPF 132 e ADI 4.277, a Senadora Marta Suplicy elaborou o PL 612/2011. Se o projeto for aprovado, o artigo 1.723 do Código Civil passará a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

coisa com o mesmo nome” em função de dois obstáculos²⁰: a restrição constitucional do artigo 226, §3º, que define a união estável como uma entidade familiar formada por um homem e uma mulher, e pressões de ordem religiosa. A conjuntura para debater o tema seria claramente alterada pela decisão do STF reconhecendo as uniões homoafetivas. Nela, a maior parte dos ministros entendeu que um conjunto de princípios constitucionais impõe a inclusão das uniões homoafetivas no rol de entidades familiares tuteladas pelo art. 226 da Constituição.

Nesta dissertação, perscrutaremos como essa alteração, i.e., uma mudança de entendimento do significado do artigo 226, §3º, pôde acontecer cerca de 15 anos depois da propositura do polêmico projeto de Marta Suplicy. Discutiremos, por um lado, que, na decisão da ADI 4.277, a restrição constitucional indicada por Mello teria sido contornada pelo entendimento sustentado pelos ministros de que a Constituição não reconhece, mas também não proíbe as uniões entre pessoas do mesmo sexo. Esse entendimento teria aberto espaço para que eles invocassem direitos fundamentais e a sua prevalência. Por outro, abordaremos que, em linha com a conjuntura dos anos 1990 e princípios de 2000 descrita por Mello, as pressões de ordem religiosa marcaram presença na sessão, bem como antes e depois dela. Uma ilustração dessa disputa foram as reiteradas afirmações na decisão de que convicções morais e religiosas, ainda que hegemônicas, não têm papel juridicamente relevante. Com isso, sugeriam que elas podiam ser bastante para paralisar o Legislativo, mas não teriam lugar no Judiciário.

No Legislativo, as tensões de fato se acirraram com a decisão da ADI 4.277, e dão mostra desse acirramento os inúmeros projetos e propostas atualmente em discussão, tanto em prol dos direitos de pessoas LGBT quanto contra eles. Os projetos favoráveis à causa LGBT apoiam-se na decisão do STF para defender a consagração dos direitos de gays, lésbicas, travestis e transexuais também pela via legislativa, partindo do suposto de que essa via lhes emprestaria maior legitimidade. Do outro lado, grupos conservadores apresentaram e apoiam o Estatuto da Família, com a intenção de neutralizar a decisão do STF ou, ao menos, restringir seu alcance. Nessa linha, tais grupos clamam não só pela restrição dos contornos que definem a família para fins de direito no Brasil, mas também pela interdição da adoção e da reprodução assistida de casais homossexuais. Sabemos que

²⁰ MELLO, Luiz. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 168-9.

esses dois grandes grupos não são monolíticos, mas, olhando com algum distanciamento para a disputa que eles travam, podemos pensar que para eles se trata, no fundo, de obter o direito de prescrever a moral pública²¹.

Embora essa disputa muitas vezes se concentre em torno do chamado Estatuto da Família, ou no PL 6.583/2013, ela ainda envolve outros Projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional. Merece destaque o PLS 470/2013 em curso no Senado Federal, de autoria da Senadora Lídice da Mata (PT/BA), que propõe reconhecer a união estável e o casamento entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, sem distinguir entre as múltiplas formas de família. Em sentido contrário ao projeto de lei em tramite no Senado, o Estatuto da Família, apoia-se em uma visão de mundo que podemos chamar de conservadora, uma vez que ele tem a pretensão de negar que direitos possam emanar de relações entre pessoas do mesmo sexo. Mas, ainda assim, seu discurso não é de absoluta negação de direitos. Seus defensores em geral reconhecem que pessoas LGBT são titulares de direitos humanos, ou “direitos e liberdade individuais”, embora não de direitos relacionados com sua orientação sexual ou identidade de gênero. É interessante observarmos que esses grupos conservadores, religiosos ou não, usam a titularidade de direitos de pessoas não heterossexuais como pessoa humana para negar-lhes direitos relacionados com a sua não heterossexualidade²².

De acordo com Joana Zylbersztajn, a laicidade no Brasil é um princípio constituído por diversos elementos constitucionais, nos termos do art. 5º, § 2º da Constituição Federal. Segundo ela, esses elementos incluiriam a determinação da democracia (artigo 1º, CF), as diretrizes de garantia de direitos fundamentais, especialmente a igualdade e a liberdade (incluída a liberdade religiosa) e a determinação da separação entre Estado e Igreja, prevista no artigo 19, I, da Constituição Federal²³. Essas previsões constitucionais, contudo, não tem impedido que políticos cristãos conservadores sejam eleitos democraticamente e que, uma vez dentro da casa legislativa, tentem impor valores religiosos ao conjunto da sociedade.

²¹ GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 153.

²² ALMEIDA, Miguel Vale de. *A chave do armário: homossexualidade, casamento, família*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010, p.42.

²³ ZYLBERSZTAJN, Joana. *O princípio da laicidade na Constituição Federal de 1988*. Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Direito do Estado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012, p. 5.

O movimento LGBT e os defensores de direitos para gays e lésbicas costumam acusar seus opositores de violar a laicidade do Estado em razão da identidade cristã desses agentes. Todavia, uma análise mais fina do debate mostra que existem alguns atores apesar de declararam-se cristãos, como os deputados Bacelar e Maria do Rosário, são favoráveis ao reconhecimento das relações entre pessoas do mesmo sexo como entidades familiares. Além disso, indivíduos que professam a fé cristã, como o Padre Fábio de Mello, manifestam publicamente o entendimento de que a regulação civil das uniões homoafetivas é uma questão que não compete aos religiosos. Finalmente, dentro do campo cristão destacam-se as Igrejas Inclusivas que estão abertas à diversidade sexual de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e, diferentemente de outras vertentes religiosas, sua teologia não considera como pecado as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Essa pluralidade do campo religioso indica que o problema no debate público no parlamento não está na identidade religiosa ou cristã daqueles que rejeitam direitos familiares de gays e lésbicas, mas nos termos em que o debate se coloca. Como procuraremos mostrar nesta dissertação, alguns atores religiosos se utilizam de uma linguagem secular para defenderem a imposição de valores cristãos para toda a sociedade.

Como poderemos perceber adiante no primeiro capítulo, a articulação específica entre direitos humanos e direitos de gays e lésbicas fica clara na intervenção dos representantes da CNBB e da Fundação Eduardo Banks, na sessão do STF sobre as uniões entre pessoas do mesmo sexo. Anos antes da decisão, Mello também já tinha assinalado a oposição da Igreja Católica a projetos de lei sobre homofobia e união civil entre pessoas do mesmo sexo, ponderando que a preocupação da Igreja é negar a possibilidade de a orientação sexual ser fonte de direitos. Essa seria, de resto, uma preocupação comum à Igreja Católica e a diversas denominações evangélicas, mesmo considerando a inexistência de homogeneidade no campo religioso no geral e no evangélico, em particular. Para a Igreja Católica, a prática da homossexualidade é uma desordem, um pecado; para evangélicos, ela teria múltiplas causas, entre as quais a família disfuncional, potencialmente com inversão dos papéis de gênero; o estupro, em especial a pedofilia; a possessão demoníaca²⁴.

²⁴ NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, p. 115-132, 2006, p.119.

Outra colaboração interessante de Mello que recuperaremos na dissertação é sua observação dos pontos de tensão entre uma visão laica e outra religiosa a propósito da conjugalidade de gays e lésbicas são os mesmos que marcaram presença na discussão de propostas legislativas que, em outros tempos, implicaram a ampliação de direitos na esfera da família, como a regulação do divórcio e das relações concubinárias. Tensões e enfrentamentos entre sujeitos que possuem diferentes concepções de família emergem, assim, como a consubstanciar os embates entre visões de mundo que podemos denominar de inclusivas e de excludentes. Se as visões de mundo inclusivas entendem que a cidadania e os direitos humanos devem ser assegurados ao mais amplo e variado conjunto de indivíduos possível, as excludentes limitam a liberdade e ancoram-se na compreensão de que apenas os indivíduos que se enquadram nos limites dos valores e práticas sociais dominantes devem ser reconhecidos como cidadãos.

Comumente a tensão entre pessoas, grupos e instituições que enquadram os direitos de pessoas não heterossexuais como direitos humanos e aqueles que pretendem impor a moralidade da maioria ao conjunto da população é abordada de duas formas. Uma tem o religioso como um obstáculo intransponível para definições mais diversas e plurais da sexualidade²⁵. Nessa abordagem, as religiões são comumente apresentadas como fundamentalistas, portadoras de um dogmatismo que impede a liberdade e a diversidade sexual. Diante da impossibilidade de diálogo, a viabilidade dos direitos sexuais e reprodutivos residiria no aprofundamento da laicidade. A segunda abordagem entende que as religiões são construções culturais que respondem a determinados contextos políticos. O religioso é, nessa hipótese, parte legítima do processo democrático²⁶. A partir dos embates acerca do Estatuto da Família na Câmara dos Deputados mostraremos que embora os parlamentares defensores do Estatuto da Família façam referência a sua base eleitoral ligada a populações católicas ou evangélicas e admitam que os valores religiosos os influenciam em sua tomada de decisão, durante as discussões na Comissão Especial, eles evitam lançar mão de argumentos religiosos. Em termos jurídicos, o uso estratégico do secularismo resulta na preferência por determinados padrões ou cânones de interpretação

²⁵ VAGGIONE, Juan Marco. Sexualidad, religión y política en América Latina. In: CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard (orgs.). *Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos*. Rio de Janeiro: ABIA, 2011, p. 291.

²⁶ VAGGIONE, Juan Marco. Sexualidad, religión y política en América Latina. In: CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard (orgs.), *Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos*. Rio de Janeiro: ABIA, 2011, p. 298.

do direito. Esse uso, sobretudo em questões tocantes a direitos humanos ou direitos fundamentais, é teoricamente problemático para Democracias Constitucionais.

A influência das religiões na elaboração de leis civis não é nova no Brasil. Segundo Montero, é preciso reconhecer que, ao menos em três tempos, a Igreja Católica atuou na formulação de uma ideia de direitos e foi importante na construção da sociedade civil brasileira: *do início da república até os anos 1970 lutou contra as forças positivas e anticlericais pela definição dos atos civis e da liberdade religiosa; nas décadas de 1970 e 1980 colaborou na construção da ideia de direitos sociais; nas décadas seguintes alinhou-se às lutas pelos direitos étnicos*²⁷. Nesse sentido, as forças católicas teriam sido um ator importante no desenho do direito à liberdade religiosa, garantida pela constituição de 1891, que concedeu à Igreja autonomia e força política para defender a legitimidade da manutenção de suas propriedades e garantir sua influência social. Desse modo, para Montero, *as categorias religiosas de longa duração como direito natural, comunidade, participação, justiça se combinaram a outras tradições políticas de modo a constituir nossa visão de sociedade democrática*²⁸. Sua atuação histórica garante a Igreja Católica primazia na capacidade de influir e pautar a agenda política e, especialmente, na passagem dos valores para as normas, pois que suas categorias teológicas circulam no imaginário político²⁹. Montero considera que a Constituição de 1988 estimulou a criação de novos arranjos políticos no intuito de ampliar a representação nos processos decisórios. Por essa razão, no Brasil, o secularismo não implicou necessariamente na separação entre as instituições religiosas e as governamentais. Ao contrário, as demandas religiosas se apresentam nos fóruns decisórios e os agentes religiosos são chamados a colaborar na execução de políticas públicas. Os evangélicos pentecostais seriam o único grupo religioso capaz de concorrer com católicos na atuação pública, todavia, são pouco reconhecidos pelas camadas cultas da sociedade, que por vezes, enquadram sua participação pública a partir da chave da intolerância religiosa. Assim, Montero esclarece que:

É possível afirmar que alguns segmentos profissionais do campo protestante (ao lado dos católicos) ampliaram sua participação no debate público ajustando sua visão ética a uma linguagem mais secularizada e, assim, passaram a ter um novo

²⁷ MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.32, n. 1, pp. 167-183, 2012, p.170.

²⁸ MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.32, n. 1, pp. 167-183, 2012, p.171.

²⁹ MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.32, n. 1, pp. 167-183, 2012, p.172.

e significativo papel na formação da cidadania brasileira, na condução da atividade parlamentar e na produção de novas leis³⁰.

Na dissertação pretendemos mostrar como a moralidade religiosa influencia o debate acerca da afirmação de direitos conjugais de casais gays e lésbicos. No Capítulo 1, apresentamos a discussão sobre direitos de gays e lésbicas no Judiciário, a propósito da ADI 4.277, procurando explorar a argumentação jurídica apresentada por ambos os lados da disputa. Para chegar a essa disputa judicial, delineamos uma história do conceito jurídico de família, que acaba por permitir que o movimento de lésbicas, gays, travestis e transexuais possa propugnar pelo reconhecimento de seus direitos. Propomos recuperar a decisão do STF na discussão do Estatuto da Família por entender que foi a partir dela que o tema passou a ser mais decisivamente discutido no Legislativo, no contexto do que podemos tomar por uma verdadeira “entrada em campo” desse poder republicano, da qual ainda seriam indícios a Presidência do Deputado Pastor Marcos Feliciano na Comissão de Direitos Humanos e a famosa controvérsia sobre “cura gay”, que girou em torno da resolução 001, de 22 de março de 1999, do Conselho Federal de Psicologia³¹.

No capítulo 2, nos debruçamos sobre a controvérsia pública em torno do PL 6.583/2013, mais conhecido como Estatuto da Família. Para a realização desse capítulo, utilizamos como material os documentos escritos produzidos pelas Comissões Especiais destinadas a proferir parecer ao PL 6.583/2013, na 54ª legislatura e na 55ª legislatura, a justificativa do projeto realizada pelo deputado Anderson Ferreira, os relatórios dos deputados Ronaldo Fonseca e Diego Garcia e os recursos contra a aprovação do projeto pela Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6.583/2013, da 55ª legislatura, apresentados pelos deputados Érika Kokay e Jean Wyllys. Também assistimos aos vídeos de mais de 40 horas de audiências públicas e sessões deliberativas realizadas pelas Comissões Especiais³²⁻³³, disponibilizadas no site da Câmara dos Deputados. Para a análise

³⁰ MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.32, n. 1, pp. 167-183, 2012, p.173.

³¹ Segundo essa resolução, a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão e, em consequência disso, a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade. Por essa razão, estabeleceu o Conselho Federal de Psicologia que não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades. Nos termos do “art. 3º: os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”.

³² BRASIL. Câmara dos Deputados. Os vídeos das reuniões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6.583/2013 da 54ª legislatura estão disponíveis no site da Câmara dos Deputados no seguinte link:

da controvérsia, recuperaremos falas de deputados federais, atores políticos e membros da comunidade epistêmica enunciadas na Comissão Especial destinada a proferir parecer acerca dele. Na sequência dessa descrição densa do debate público sobre família a propósito do polêmico projeto de lei, apresentaremos uma análise de questões jurídicas que se colocam ao pesquisador em direito, especificamente, o debate sobre democracia deliberativa e separação de poderes.

No Capítulo 3, analisaremos a participação de políticos inspirados pela religião nas discussões sobre direitos de gays e lésbicas no Brasil. A controvérsia em torno do Estatuto da Família se configura quando políticos cristãos religiosos são eleitos democraticamente e, uma vez na casa legislativa, pretendem impor sua visão de mundo a conjunto da sociedade brasileira. Na primeira seção do capítulo apresentaremos as estratégias utilizadas por esses políticos para a aprovação do Estatuto da Família pela Comissão Especial criada para emitir parecer ao PL 6.583/2013, que denominamos junto com o sociólogo argentino Juan Vaggione de ‘politização reativa’ e ‘secularismo estratégico’. Essas novas estratégias lhe permitiram, se não recuperar o controle dos debates sobre a legalidade e a legitimidade da sexualidade, neles participar desde uma posição privilegiada. Por isso, rediscutir as fronteiras legais e as regulações culturais da sexualidade implica debater o papel das religiões nas sociedades contemporâneas. Em seguida, abordaremos a questão da participação de políticos religiosos pensando sobre o assunto com a teórica política italiana, Nadia Urbinati. Na última seção, utilizaremos os critérios normativos propostos pelos autores da seção anterior para pensar a influência de concepções religiosas na elaboração de leis civis no Brasil.

<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-6583-13-estatuto-da-familia>>. Acesso em 04 de novembro de 2016.

³³ BRASIL. Câmara dos Deputados Os vídeos das reuniões da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6.583/2013 da 55ª legislatura estão disponíveis no site da Câmara dos Deputados no seguinte link: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-6583-13-estatuto-da-familia>>. Acesso em 04 de novembro de 2016.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, discutimos as tensões entre a moral religiosa e os direitos de gays e lésbicas na controvérsia pública em torno do conceito jurídico de entidade familiar. A abordagem do problema foi dividida em duas frentes. No primeiro capítulo, analisamos a decisão do STF (ADPF 132 e ADI 4.277) que regulou a união estável entre pessoas do mesmo sexo ou 'união homoafetiva', proferida em maio de 2011, e nos capítulos seguintes, examinamos as discussões na Câmara dos Deputados por ocasião do Projeto de Lei 6.583, de 2013, conhecido como "Estatuto da Família".

No primeiro capítulo, procuramos mostrar os sucessivos critérios de família inscritos no ordenamento brasileiro e os deslocamentos que foram operados nele ao longo das décadas. Mostramos, em especial, como as questões patrimoniais e biológicas perdem espaço gradualmente para os laços de afeto, sobretudo após a lei do divórcio, o fim da distinção entre filhos legítimos e ilegítimos e o reconhecimento das uniões estáveis heterossexuais. Como dissemos, desse processo resultou a possibilidade de integrar às entidades familiares as uniões públicas, contínuas e duradoras formadas por dois homens ou duas mulheres.

No que se refere ao processo que culminou na decisão do STF, mostramos que em razão do silêncio do Poder legislativo, casais formados por pessoas do mesmo sexo eram compelidos a recorrer ao Judiciário sempre que precisavam de algum tipo de proteção do Estado. Por isso, ao longo dos anos, a jurisprudência acabou construindo um histórico de afirmação de direitos de casais homossexuais, começando pela possibilidade de constituição de uma sociedade de fato, passando pelos direitos sucessórios e sociais até o reconhecimento da união estável e do casamento³⁵³. No julgamento da ADPF nº 132 e da ADIN nº 4.277, o STF, por unanimidade, decidiu que as uniões formadas por casais do mesmo sexo constituem família e devem ser equiparadas às uniões estáveis formadas por um homem e uma mulher. A decisão foi polêmica porque, além de enfrentar um tema moralmente controverso na sociedade brasileira, interpretava o artigo 1.723 do Código Civil, que tem a redação idêntica ao artigo 226, §3º, da Constituição Federal conforme a própria Constituição. Essa interpretação supostamente criativa do Código Civil e da

³⁵³ MOREIRA, José Adilson. We are Family! Legal recognition of same-sex unions in Brazil! *The American Journal of Comparative Law*, v. 60, n. 4, pp. 1003-1042, 2012, p.1003.

Constituição Federal foi considerada por muitos juristas como uma intervenção indevida do Judiciário na competência do Poder Legislativo.

No segundo capítulo desta dissertação, apresentamos as linhas gerais de dois projetos de lei que tramitam atualmente no Congresso Nacional com a pretensão de responder a decisão do STF, concentrando nossa atenção no Projeto de Lei 6.583, de 2013, conhecido como "Estatuto da Família". Apresentado pelo deputado federal Anderson Ferreira, o projeto define “entidade familiar” como *núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes* (art.2º). Para explorar os argumentos apresentados em sua defesa e contra ele, recuperamos falas de deputados federais, atores políticos e membros da comunidade epistêmica enunciadas nas Comissões Especiais destinadas a proferir parecer ao projeto. Como expusemos, o Estatuto da Família apoia-se em uma visão de mundo conservadora, para empregar os próprios termos daqueles que o apoiam e pretende impedir que direitos possam emanar de relações erótico-afetivas de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Seu discurso, todavia, não é de absoluta negação de direitos.

Os entusiastas do Estatuto da Família em geral reconhecem que gays e lésbicas são titulares de direitos humanos, embora não de direitos relacionados com sua orientação sexual. Nas falas recuperadas da Comissão Especial, as disputas em torno do status de gays e lésbicas como minoria para fins de direito são manifestas no argumento recorrente segundo o qual gays e lésbicas não teriam demandado direitos, e sim privilégios, dado que a contrapartida do reconhecimento da família pelo Estado seria a produção e criação de novos cidadãos. Embora tendam a não reconhecer gays e lésbicas como uma minoria, os defensores do Estatuto não se furtam a se afirmarem como maioria, lançando mão de apelos que chamamos de 'tese democrática'. Sucintamente, esses apelos consistem em que a maioria da sociedade brasileira supostamente compartilha dos mesmos valores que eles, por ela ser majoritariamente cristã. Por isso, segundo eles, o movimento LGBT brasileiro teria insistido na via judicial, em detrimento da legislativa. Esse argumento associa democracia, maioria e Legislativo de modo conveniente. Ele resume democracia a maioria, ignorando, p.e., que o termo "democracia" pode ser tanto um método de formação de vontade, um processo de deliberação ou, como no caso das democracias constitucionais, como a brasileira, ser uma forma de governo fundada sobre o compromisso do Estado com

a pluralidade. Não é que o Estado tenha a obrigação de promovê-la, mas está obrigado a assegurá-la, o que lhe impõem a proteção de grupos socialmente minoritários, ainda que não constituam minorias para fins de direito. Como o Legislativo é mais sensível à lógica das maiorias, o Judiciário desponta, nesse tipo de democracia, como um *locus* privilegiado para a proteção dessas minorias de facto.

Para enfrentar os problemas que a ‘tese democrática’ suscita, utilizamos as reflexões de Conrado Hübner Mendes, que investigou uma saída para esse dilema a partir das teorias do diálogo institucional, segundo as quais não há uma última palavra na democracia. A decisão conjunta da ADI 4277 e da ADPF 132 nos convidou a pensar acerca da legitimidade do STF para intervir em questões de justiça e cidadania, que se colocam na fronteira entre direito e moral. Como disse Hübner, estudos empíricos mostram que as cortes calculam seu grau de intervenção conforme o ambiente e a expectativa social sobre o seu papel³⁵⁴. Isto é, quando o STF decidiu o caso das uniões homoafetivas, os ministros provavelmente refletiram sobre o respaldo social a essa decisão, percebendo que havia um consenso mínimo a apoiá-la, que estaria refletido em ideias como a do ministro Joaquim Barbosa de que *o olhar sobre elas mudou*.

Como dissemos, ao longo de muitos anos, o Judiciário negociou passo a passo seu raio de atuação na matéria³⁵⁵. Com isso, queremos dizer que o Judiciário não só contou com um respaldo social forjado por diferentes fatores, mas concorreu para formá-lo, i.e., construiu o terreno para o reconhecimento das entidades familiares formadas por pessoas do mesmo sexo, avançando gradualmente em relação à maioria com base em um consenso mínimo e medindo as reações da sociedade. Pensamos que, ainda que a decisão acerca das ‘uniões homoafetivas’ não espelhe os valores da maioria da sociedade brasileira, ela se inseriu em um contexto social de maior aceitação e, ao mesmo tempo, pode ter contribuído com a aceleração do processo de aceitação social³⁵⁶.

³⁵⁴ BAILEY, Michael; MALTZMAN, Forrest. *The constrained court: law, politics, and the decisions justices make*. New Jersey – Oxford: Princeton University Press, 2011. Versão Kindle; SAKALAUSKA BARREIRA, Karen Elaine. *O Supremo Tribunal Federal e os tratados internacionais de direitos humanos: uma análise política das decisões judiciais*. Dissertação. Campinas: Unicamp, 2013, p.35.

³⁵⁵ MOREIRA, José Adilson. We are Family! Legal recognition of same-sex unions in Brazil! *The American Journal of Comparative Law*, v. 60, n. 4, pp. 1003-1042, 2012, p.1042.

³⁵⁶ GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 153.

Como disse Hübner, a literatura constitucional tende a assumir a figura do legislador como institucionalização da vontade popular majoritária. Se quisermos entender a questão das uniões entre pessoas do mesmo sexo em um contexto de supremacia parlamentar, as demandas de substância não desaparecem, mas o potencial crítico e deliberativo da separação de poderes são amenizados quando se passa a mensagem de que o Parlamento não pode ser desafiado, uma vez que se encontra no topo da escala hierárquica. Isso significa que, mesmo o Parlamento não tendo tomado qualquer decisão acerca do reconhecimento das uniões formadas por pessoas do mesmo sexo em 15 anos, nada deveria ser decidido substancialmente sobre a matéria: deve-se determinar que o Legislativo decida a seu respeito. Em nosso entender é preciso pensar se valorizar o *pedigree* democrático acima de tudo dificulta que críticas substantivas ao silêncio legislativo tenham expressão institucional, exceto na própria via parlamentar.

Concordando com Hübner, assumimos, nesta dissertação, que a separação de poderes carrega um princípio virtuoso para tornar a política sensível às boas razões³⁵⁷. Se as variáveis de legitimidade da democracia não se esgotam no procedimento, mas abrangem também os resultados, é aceitável que a substância se sobreponha, em algumas circunstâncias, ao procedimento, ou seja, que o Poder que tenha alcançado a resposta mais coerente com um critério substantivo de legitimidade prevaleça independentemente de seu *pedigree*³⁵⁸. O STF, tomando a Constituição como um instrumento vivo, que deve ser interpretado à luz do presente, optou por zelar pelos princípios constitucionais da igualdade, da não discriminação, da liberdade e da dignidade humana.

Em reação à decisão do STF que reconheceu as uniões homoafetivas e à decisão do CNJ, que reconheceu na prática o casamento entre pessoas do mesmo sexo, Deputados Federais propuseram o Projeto de Lei 6.583/ 2013, conhecido como Estatuto da Família. Por meio da análise de pronunciamentos de parlamentares e representantes da sociedade civil efetuados na Câmara dos Deputados, assim como de documentos que manifestam posicionamentos de gays e lésbicas sobre direitos, exploramos, no segundo capítulo desta pesquisa, às razões apresentadas nas Comissões Especiais destinadas a proferir parecer ao Projeto de Lei 6.583/2013 para negar direitos familiares a gays e lésbicas. Em geral, os

³⁵⁷ MENDES, Conrado Hübner. *Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação*. Tese de doutorado em Ciência Política. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008, p.219.

³⁵⁸ MENDES, Conrado Hübner. *Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação*. Tese de doutorado em Ciência Política. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008, p.206.

deputados defensores do Estatuto da Família optam por interpretar o artigo 226 da Constituição Federal restritivamente, ao contrário, p.e., do que fizeram os ministros do Supremo no julgamento da ADPF 132 e da ADI 4.277. Esses deputados costumam ressaltar que a definição de entidade familiar do PL 6.583/2013 segue a letra do Código Civil e da Constituição Federal, que teriam intencionalmente se circunscrito a regular apenas a relação entre um homem e uma mulher. Os deputados e atores políticos que se colocam a favor do projeto ressaltam também que a família é protegida por ser, na letra da Constituição, a base da sociedade brasileira, que para eles é sinônimo de "base natural". Em seu entender, o constituinte definiu como modelos de família o casamento, a união estável e a filiação, por sua capacidade de *reconstrução autopoietica* da própria sociedade civil, i.e., a capacidade natural de geração. Nessa linha de argumentação, a diferença de gênero é determinante da família para fins de direito, discriminante dos pares homossexuais, por ser, necessariamente, e ter sido sempre fundamental não só para a reprodução natural do casal, mas para a permanência da espécie e da sociedade humanas.

Outro aspecto interessante da produção discursiva dos defensores do Estatuto da Família é que o valor dela não chega a ser mais detidamente elaborado por nenhum parlamentar, mas é afirmado em contraposição a uma 'ideologia individualista', que eles entendem ser defendida pelo movimento LGBT. Essa 'lógica individualista' informa não só as demandas do movimentos LGBT e feminista, mas também as demandas políticas e jurídicas por direitos humanos. Nessa retórica a proteção da família e os direitos humanos, a família, o indivíduo e a sociedade aparecem em tensão. Direitos familiares de gays e lésbicas e projetos individuais são construídos como ameaça à família e à sociedade, enquanto a família e a sociedade são colocadas em uma linha de continuidade assegurada pela tradição. Para esses deputados, a revalorização da família passa pelo estabelecimento de um modelo ideal para toda a sociedade brasileira e, por isso, a proteção da família tradicional ou natural aparece como uma espécie de promessa de salvação da nação.

No capítulo terceiro, utilizamos a discussão acerca do Estatuto da Família na Câmara dos Deputados para refletir sobre o lugar da religião na esfera pública brasileira. A controvérsia em torno do tema se configura quando políticos cristãos são eleitos democraticamente e, uma vez na casa legislativa, pretendem impor sua visão de mundo ao conjunto da sociedade brasileira. Em termos bastante prosaicos, para as instituições religiosas de um modo geral e para os parlamentares que se definem como deputados

cristãos em particular, a intervenção na política decorre do direito de cada um defender a sua verdade, em oposição a ações e conquistas capazes de ameaçar os valores cultivados por elas³⁵⁹. Para eles, a democracia aparece como um sistema estritamente ligado à liberdade de associação e à participação popular. Seria legítimo, portanto, que grupos religiosos da sociedade elessem candidatos que se comprometessem a defender seus valores no Congresso Nacional. Quando eleitos esses parlamentares estariam livres para elaborar leis em consonância com a vontade maioria do parlamento, pois passariam duplamente pelo crivo democrático.

A inspiração religiosa do apoio ao Estatuto da Família é reforçada pelos próprios deputados, que durante os debates nas Comissões Especiais apresentam-se como defensores de valores cristãos. Mostramos que a questão se complica uma vez que embora os defensores do Estatuto da Família façam referência a sua base eleitoral ligada a populações católicas ou evangélicas e admitam que os valores religiosos os influenciem em sua tomada de decisão, durante as discussões na Comissão Especial, eles evitam lançar mão de argumentos religiosos. Segundo Vaggione, para que suas intervenções se tornem legítimas, as instituições religiosas aprenderam a semântica da cultura pública. Essas mutações do discurso religioso como forma de adaptação das narrativas e discursividade articuladas publicamente para defender uma concepção tradicional e excludente de família configurariam o que Vaggione chama de ‘secularismo estratégico’. Esse tipo particular de secularismo responde ao fato de que os discursos científicos, legais e bioéticos têm um papel privilegiado nas políticas da sexualidade. O secularismo estratégico também aparece no uso do discurso jurídico, em que comumente se apela ao direito natural como princípio que fundamentaria todo o sistema legal positivo. Pelo direito natural, que é universal e imutável por definição, o matrimônio deve ser protegido pelo direito positivo em razão do propósito da procriação, que é de interesse público³⁶⁰.

Decidimos abordar essa complexa relação entre religião na democracia pensando sobre o assunto com Nadia Urbinati, em sua reflexão sobre a religião na esfera pública italiana. Entendemos que a aproximação com o debate público sobre direitos familiares de

³⁵⁹ GOMES, Edlaine; NATIVIDADE, Marcelo; MENEZES, Rachel Aisengart. Proposições de leis e valores religiosos: controvérsias no espaço público. In: *Valores religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 17.

³⁶⁰ VAGGIONE, Juan Marco. Sexualidad, religión y política en América Latina. In: CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard (orgs.), *Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos*. Rio de Janeiro: ABIA, 2011, p. 317.

gays e lésbicas no Brasil é justificada pela configuração do campo religioso no país, com largo predomínio do Cristianismo, e pela unidade que nele se contempla a propósito do tema.

O trabalho de Nadia Urbinati conferiu mais longo alcance a nossa análise acerca da influência de concepções morais religiosas no debate sobre direitos familiares de gays e lésbicas na esfera pública brasileira. A teórica assinala que nos assuntos que têm impacto direto sobre a liberdade individual, devemos prestar atenção ao contexto e à tradição de cada sociedade. No que toca ao tema da presença da religião na esfera pública, p.e., há sociedades que não são pluralistas do ponto de vista religioso, e sim monorreligiosas. Segundo Urbinati, a pluralidade religiosa concorre para obstar o domínio da maioria sobre minorias e, sobretudo, para transformá-lo em norma. Ela criaria constrangimentos para que a democracia e a laicidade sejam instrumentalizadas por cidadãos religiosos e por determinada igreja. Em uma sociedade monorreligiosa, além disso, a tradução de dogmas religiosos na linguagem da razão pública pode ser superficial ou mesmo ausente, porque não há necessidade de persuadir os concidadãos que compartilham da mesma doutrina.

Como indicamos em consonância com o trabalho da antropóloga Paula Montero, nas últimas décadas o domínio católico no Brasil se enfraqueceu e os evangélicos ganharam terreno no campo religioso. Houve, assim, uma pluralização do campo religioso brasileiro na nova ordem constitucional, que ficou restrito, porém, ao campo cristão. Daí se poder afirmar que, a julgar pelos critérios de Urbinati, a pluralidade religiosa brasileira não seria suficiente como um controle do poder da maioria sobre a minoria no debate público sobre temas como aquele de que nos ocupamos nesta dissertação, em torno dos quais as igrejas cristãs tradicionais têm se unido.

Como procuramos ao longo desta dissertação, no caso do Estatuto da Família, políticos de filiação ou inspiração evangélica e católica colocam-se na posição de falarem pela maioria da sociedade brasileira. Tendo por base suas falas na Comissão Especial, essa maioria da sociedade brasileira seria uma maioria referente a questões que podemos classificar como sendo da ordem da moralidade privada. Publicamente, seria em nome dessa maioria moral da sociedade brasileira que políticos cristãos conservadores buscam retirar os direitos familiares de gays e lésbicas que lhes foram afirmados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Conselho Nacional de Justiça. Um aspecto interessante desse

argumento é que não parece haver uma demanda genuinamente popular ou articulada para além de ativistas religiosos. Pode-se, então, entender seu engajamento no debate como justamente um esforço por articular essa maioria, a despeito das barreiras erigidas pelo Supremo ao interpretar as normas civis constitucionais à luz dos direitos fundamentais. Dessa suposta representação da maioria da sociedade brasileira decorreria outro aspecto de argumento também frequentemente invocado pelos mesmos deputados, a separação de Poderes e a suposta ilegitimidade do Supremo para "legislar" sobre o assunto.

Em sua análise Urbinati faz uma crítica das reflexões de John Rawls e Jürgen Habermas no que se refere à relação da entre religião e democracia. A autora lembra o entendimento de Habermas, de que não se pode esperar que todos os cidadãos justifiquem suas declarações políticas independentemente de suas convicções religiosas, pois que essa imposição extingiria a neutralidade do Estado, dando primazia a considerações seculares e relegando cidadãos religiosos ao ostracismo político. Urbinati argumenta que o problema com a concepção habermasiana é que a democracia é uma forma de governo que tem por escopo a tomada de decisões e as leis não são um acordo contratual entre iguais, mas decisões que se impõem coercitivamente. A natureza pública da discussão entre cidadãos está relacionada com a busca do diálogo, com o objeto de que trata e também com o escopo, que consiste em preparar ou inspirar decisões que obrigarão a todos indistintamente. O problema da aceitação do uso da linguagem religiosa na esfera pública, para Urbinati, consistiria em que, na democracia representativa, a circulação de opiniões liga permanentemente o interno e o externo, o institucional e o extrainstitucional, de sorte que, se a linguagem religiosa é usada pelos cidadãos religiosos, ou se eles são desobrigados de traduzirem suas razões em razão pública, o religioso fatalmente entra no Parlamento. Por isso, Urbinati concorda com o argumento de Rawls de que o raciocínio público é um dever moral de cidadania, que obrigaria todos os cidadãos e que tem o poder de gerar legitimidade ao procedimento democrático.

Todavia, para Urbinati, em sociedades monorreligiosas, a simples tradução de argumentos religiosos para razões públicas não é suficiente para que se garanta a neutralidade do Estado em relação às visões religiosas dominantes. Para Urbinati, a secularização não excluiu os discursos religiosos esfera pública e, por isso, grupos religiosos continuam a fazer pressão para que seus representantes traduzam preceitos

religiosos em argumentos de razão pública para aproximar as leis civis dos códigos religiosos.

No Brasil, a laicidade do Estado está prevista no artigo 19, inciso I, da Constituição Federal, que determina a separação entre Estado e igreja, i.e., entre autoridade civil e autoridade religiosa. Para outros, ela ainda compreenderia um feixe de direitos constitucionais, entre os quais a forma democrática de governo, a liberdade religiosa e a igualdade. Porém, a associação de indivíduos supostamente religiosos para a formação de partidos políticos é permitida e, obviamente, não se proíbe que fiéis de uma determinada religião escolham um de seus membros para representá-los no Legislativo. Essa seria, de fato, uma interferência arbitrária do Estado nas liberdades civis dos cidadãos. Pode-se entender, com Urbinati, que mesmo a formação de partidos políticos de inspiração religiosa não colocaria, necessariamente, um desafio ao Estado laico. Para ela, esse desafio se colocaria se aqueles eleitores e esses políticos formassem seus argumentos na esfera pública usando a linguagem da religião, em lugar de buscar a tradução de suas razões para a razão pública. Como dissemos, essa obrigação de tradução, que Rawls reputou ser um "dever moral de civilidade", impor-se-ia aos cidadãos para Urbinati pelas características da democracia representativa, em que os cidadãos não legislam diretamente, mas em que a circulação de opiniões é elemento essencial no processo de tomada de deliberação.

No que concerne aos legisladores, Habermas, Rawls e Urbinati concordam que eles são moralmente obrigados a apresentar suas razões usando a linguagem da razão pública, i.e., uma linguagem compartilhada e aceita por todos, como a linguagem dos direitos. O consenso desses autores a respeito dessa obrigação moral que recai sobre legisladores nos possibilita tomar a formulação dos argumentos em razões públicas como um parâmetro para avaliar normativamente a argumentação dos parlamentares brasileiros a propósito do Estatuto da Família, em especial daqueles que se declaram cristãos.

No que concerne aos argumentos religiosos apresentados pelos parlamentares brasileiros, Habermas, Rawls e Urbinati concordariam em considerá-los ilegítimos para justificar uma tomada de decisão. Sua ilegitimidade decorreria de que, em uma sociedade pluralista, nem todos são religiosos e a razão pública deve alcançar a universalidade dos cidadãos, em respeito a sua igualdade nessa forma de governo. No caso de uma democracia

constitucional, essa linguagem deve ser secular, i.e., calcada na separação entre autoridade civil e religiosa, lei civil e lei religiosa.

Uma dificuldade nessa discussão específica é que, como pudemos ver, no debate do Estatuto da Família os parlamentares e os especialistas ouvidos na Comissão Especial contrários aos direitos familiares de gays e lésbicas recorrem, de fato, mais a argumentos seculares do que a argumentos religiosos para sustentar posições que são, no entanto, coincidentes com aquelas de instituições e líderes religiosos. Nesta dissertação, entendemos que o uso desses argumentos seculares por atores religiosos configura um tipo de secularização que Vaggione e Urbinati reputam ser estratégica, justamente por lançar mão de argumentos em que não se acredita realmente, mas cujo ganho estratégico em um Estado laico se consegue reconhecer, e por a eles apelar com o intuito de impor valores religiosos. Como procuramos mostrar ao longo desta dissertação, os principais argumentos dessa ordem apresentados pelos políticos cristãos brasileiros em defesa do Estatuto da Família é a literalidade do texto da Constituição Federal e o suposto apoio da maioria à restrição da família ao par heterossexual com ou sem prole e, excepcionalmente, à família monoparental. Esses argumentos se desdobrariam, como também pudemos mostrar, em uma defesa da interpretação histórica e gramatical do texto constitucional, privilegiando a vontade do legislador e a letra da lei, bem como a incompetência do Supremo Tribunal Federal para 'legislar' sobre o tema.

Outra dificuldade, adicional a esses, seria elaborado a partir da distinção entre laicidade e laicismo, com base na qual legisladores cristãos conservadores efetuariam uma crítica do Estado secular, indicando qual o seu sentido ou o sentido de laicidade. Eles argumentam que o Estado laico significa neutralidade em relação a todas as denominações e instituições religiosas, não uma disposição estatal contrária ao religioso na esfera pública. Com Urbinati, podemos pensar que o Estado laico de fato é um Estado neutro, mas não só diante da pluralidade religiosa, como também em relação aos que rejeitam qualquer religião. A laicidade não implica, portanto, a imposição de valores estatais à sociedade, ou um uso ideológico ou dogmático do secularismo. Implica, contudo, a atuação do Estado para assegurar o espaço da pluralidade religiosa e, inclusive, a liberação do indivíduo em relação à religião. O instrumento do Estado para tanto seria, na reflexão de Urbinati, o respeito e a atualização do *ethos* constitucional, i.e., o compromisso das instituições em fazer com que prevaleça a moral inscrita na Constituição considerando que, como

constituição democrática, ela é fundada na pluralidade e em direitos fundamentais que garantem aos indivíduos um espaço em relação ao poder público e às maiorias.

O ganho analítico que se tem com a reflexão de Urbinati é o critério normativo que ela oferece para avaliar a justiça de posicionamentos públicos de autoridades civis. Esse critério seria a confusão ou a distinção entre lei religiosa e lei civil. Para Urbinati, a separação entre ambas seria um traço distintivo da democracia constitucional e, por conseguinte, do Estado laico. Operando com esse critério, a intromissão da religião na esfera pública pelo uso estratégico do secularismo pode ser apreendida pela coincidência da lei civil que se pretende aprovar com a regulação do tema das relações homossexuais pelas religiões que os parlamentares professam.

Isso não significa que a opinião da maioria ou mesmo de indivíduos e instituições religiosas nunca pode ser contemplada, e sim que, em caso de restrição de direitos de minorias, esse tipo de argumentação, claramente religiosa ou estrategicamente secular, viola o princípio do Estado laico porque faz com que a lei seja uma arma das maiorias e do poder, em lugar de ser um escudo de proteção dos mais fracos ou menos numerosos. Assim, quando cidadãos e políticos religiosos buscam confundir as leis religiosas com leis civis é necessário que as autoridades do Estado assegurem que a diversidade não será razão de intolerância, discriminação ou violência, sem que isso signifique que a religião seja totalmente marginalizada e circunscrita à esfera da privada. Para conseguir isso, as autoridades civis devem fazer leis que estejam livres de conteúdo doutrinário específico (não importa se eles são compartilhados pela maioria da população). A natureza laica de uma lei é a medida de sua generalidade, o sinal da sua capacidade de incluir todos, mesmo os poucos ou os muito poucos que têm diferentes crenças³⁶¹.

³⁶¹ URBINATI, Nadia; MARZANO. *Missione impossibile: la riconquista cattolica della sfera pubblica*. Bologna: Il Mulino, 2013. Versão Kindle.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

ADFAS. *O que pensa a ADFAS* – Associação de Direito das Famílias e Sucessões. Disponível em: <<http://www.adfas.org.br/adfas/oquepensa.aspx>>. Acesso em 04 de novembro de 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6.583/2013 da 55ª legislatura. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-6583-13-estatuto-da-familia>>. Acesso em 04 de novembro de 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6.583/2013 da 54ª legislatura. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-6583-13-estatuto-da-familia>>. Acesso em 04 de novembro de 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei 6.583/2013. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&fileame=PL+6583/2013>. Acesso em 04 de novembro de 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Relatório da comissão especial destinada a proferir parecer do projeto de lei nº 6.583, de 2013. Relator Diego Garcia. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1379862&fileame=Tramitacao-PL+6583/2013>. Acesso em: 05 de dezembro de 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Relatório substitutivo da comissão especial destinada a proferir parecer do projeto de lei nº 6.583, de 2013. Relator Ronaldo Fonseca. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1287153&fileame=PRL+1+PL658313+%3D%3E+PL+6583/2013>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

BRASIL. Censo demográfico 2010. *Famílias e domicílios*: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=797>>. Acesso em 04 de maio de 2015.

BRASIL. Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Requerimento nº 73, de 12 de maio de 2015. Iniciativa do Senador Magno Malta.

BRASIL. Portal da Câmara. *Conceito de entidade familiar no Estatuto da Família*. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/enquetes/listaEnquete>>. Acesso em: 30 de junho de 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial 1183378/RS. Órgão Julgador 4ª turma, Relator: Luís Felipe Salomão, Brasília, 25 de outubro de 2011.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 148897. Órgão Julgador 4ª turma, Relator: Ruy Rosado, Brasília, 04 de junho de 1998.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade Distrito Federal. Órgão Julgador: Plenário, Relator: Carlos Ayres Britto, Brasília, 05 de maio de 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Pleno - Discussão sobre união estável entre pessoas do mesmo sexo*. Disponível em: <<http://youtu.be/jVKizns0NtQ>>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Especial 846102 PR - PARANÁ, Relatora min. Cármen Lúcia, julgamento em 05 de março de 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 898060 SC – Santa Catarina, Relator Min. Luiz Fux, julgamento em 22 de setembro de 2016.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravo de instrumento nº 599075496. Órgão Julgador 8ª Câmara Cível, Relator: Breno Moreira Mussi, Porto Alegre, 17 de junho de 1999.

HÉRITIER, Françoise. *Mariage pour tous - 2012-12-13 - Auditions du rapporteur - Les Ethnologues et Philosophes*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MTQ_3uXjrv4>. Acesso em 30 de dezembro de 2016.

IBDFAM. “Projeto de Estatuto das Famílias é apresentado no Senado”. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/5182/Projeto+de+Estatuto+das+Fam%C3%ADlias+%C3%A9+apresentado+no+Senado>>. Acesso em 03.11.2016.

MARTINS, Ives Gandra. *A Constituição e a Família*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_M8K0EcwT5A>. Acesso em 28 de dezembro de 2016.

MARTINS, Ives Gandra. *Constituição e homossexualismo: família é aquela que perpetua a sociedade*. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2011-mai-12/constituente-familia-aquela-gera-descendentes-sociedade>. Acesso em 07 de julho de 2015.

MÉXICO. Sentença do Pleno da Suprema Corte de Justicia de la Nación. Acción de Inconstitucionalid nº 2 de 16 de agosto de 2010.

IBOPE. Índice de Confiança Social de 2015. Disponível em <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf>. Acesso em 02 de janeiro de 2017.

PRAZERES, Leandro. Câmara prevê fraude e feche enquete do Estatuto da Família com 10 milhões de votos. *UOL*, Brasília, 28 ago. 2015. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/08/28/camara-detecta-fraudes-e-muda-sistema-de-enquetes.htm>>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

Repórter Brasil debate o Estatuto da Família. Disponível em: <<http://youtu.be/CGHIq2uC2IY>>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

Ronaldo Fonseca fala sobre estatuto da família. Disponível em: <<http://youtu.be/dGoHmeU1ojw>>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

TAVARES, Regina Beatriz. *Anatomia do Poder.* Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HwNJ1xieTnw>>. Acesso em 28 de dezembro de 2016.

TAVARES, Regina Beatriz. *Valores inegociáveis para o Brasil dar certo.* Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bRQF7Rvx7eo>>. Acesso em 28 de dezembro de 2016.

THÉRY, Irène. *Conférence Français Irène THERY 2*, conferência realizada em de 12 dezembro de 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=1vjW3R49Y38>>. Acesso em 09 de janeiro de 2017.

Fontes secundárias

ABU-LUGHOD, Lila. *Do Muslim women need saving?* Boston: Harvard University Press. Versão Kindle, 2013.

ALMEIDA, Miguel Vale de. *A chave do armário: homossexualidade, casamento, família.* Florianópolis: UFSC, 2010.

ARENDT, Hannah. *Essays in Understanding 1930- 1954: Formation, Exile and Totalitarianism.* New York: Schoken Books, 1994.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família.* Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BAILEY, Michael; MALTZMAN, Forrest. *The constrained court: law, politics, and the decisions justices make.* New Jersey – Oxford: Princeton University, 2011. Versão Kindle.

BARROS, Sérgio Resende de. “Direitos humanos da família: dos fundamentais aos operacionais”. Texto da palestra proferida no II Encontro de Direito de Família do IBDFAM/AM, realizado em Manaus em 03 de dezembro de 2003. Disponível em <<http://www.srbarros.com.br/pt/direitos-humanos-da-familia--principiais-e-operacionais.cont>>. Acesso em 29 de dezembro de 2016.

BARROSO, Luís Roberto. “Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil”. *Revista diálogo jurídico*, n. 16, pp. 1-32, 2007.

BELLAH, Robert. “A religião civil na América”. *Diálogo*, v. IX, n. 2, p. 14-22, 1976.

BEVILAQUA, CLÓVIS. *Em defesa do projecto de Código Civil brasileiro*. Rio de Janeiro – São Paulo – Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906.

BRUNET, Laurence. "L'adoption au sein des couples de même sexe: une «falsification» de la réalité?" In: THÉRY, Irène (dir.). *Mariage de même sexe et filiation*. Lassay-les-Châteaux: EHESS, 2013.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York-London: Routledge, 1990.

_____. "O parentesco é sempre tido como heterossexual?" *Cadernos Pagu*, n. 21, p. 219-260, 2003.

CADORET, Anne. *Des parents comme les autres: homosexualité et parenté*. Paris: Odile Jacob, 2014

CÂMARA, Cristina. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CARRARA, Sérgio. "Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo". *Bagoas*, n. 5, pp. 131-147, 2010.

_____. "Utopias sexuais modernas". *Religião e Sociedade*, v. 20, n. 1, Rio de Janeiro, CER/ISER, 2000.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. "Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da 'Constituição Cidadã'". In: OLIVEN, Ruben; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo (orgs.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: ANPOCS, 2008.

CASANOVA, José. *Public religions in the modern world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

COURDURIÈS, Jérôme; FINE, Agnès. *Homosexualité et parenté*. Paris: Armand Colin, 2014.

CUNHA, Christina Vital. "Religiões x democracia: reflexões a partir da análise de duas frentes religiosas no Congresso Nacional". *Religiões em Conexão*, Comunicações do ISER, n. 69, pp. 119-129, 2010.

DEVLIN, Lord Patrick. "Morals and the criminal Law". In: DWORKIN, Ronald. *The philosophy of law*. Oxford: Oxford University, 1991.

DIAS, Maria Berenice. *Conversando sobre homoafetividade*. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2004.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Tradução Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FACHIN, Luiz Edson. *Direito de Família: elementos críticos à luz do novo Código Civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

FACHIN, Luiz Edson. “Inovação e tradição do direito de família contemporâneo sob o novo Código Civil Brasileiro”. *Revista Jurídica*, Porto Alegre, v. 58, n.389, p.77-96, 2010.

FENOUILLET, Dominique; SÈVE, René (orgs.). *La famille en mutation*. Archives de philosophie du droit, tome 57, 2014.

FERRY, Luc. *Famílias, amo vocês*. Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: objetiva, 2008.

FINNIS, John. “Law, Morality, and Sexual Orientation”. *Journal Articles*, paper 205, pp. 1049-1076, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A História da sexualidade: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13 ed.. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Tradução de Magna Lopes. São Paulo: Unesp, 1993.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar, 2002.

_____. *Símbolos religiosos em controvérsias*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

GOMES, Edlaine; NATIVIDADE, Marcelo; MENEZES, Rachel Aisengart. “Proposições de leis e valores religiosos: controvérsias no espaço público”. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias et al. *Valores religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GONÇALVES, Camila de Jesus Melo. “*A transexualidade sob a ótica dos direitos humanos: uma perspectiva de inclusão*”. Tese de Doutorado em Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2012.

GONÇALVES, Camila Jesus de Mello; BORBA, Marina de Neiva. “A família na sociedade brasileira: o papel do poder judiciário em relação aos casais formados por pessoas do mesmo sexo”. *Revista da Ajuris*, v.38, n.122, pp 21-49 ,2011.

GROSS, Martine. "Ouvrir l'accès à l'AMP pour les couples de femmes?" In: THÉRY, Irène (dir.). *Mariage de même sexe et filiation*. Lassay-les-Châteaux: EHESS, 2013.

HABERMAS, Jürgen. *Fé e saber*. Tradução de Fernando Costa Mattos. São Paulo: Unesp, 2013.

_____. "Notes on post-secular society". *New perspectives quarterly*, v. 25, n. 4, pp. 17-29, 2008.

_____. "Religion in the public sphere". *European Journal of Philosophy*, n. 14, v. 1, pp. 1-25, 2006, p.3.

HALLEY, Janet. "Reasoning about sodomy: act and identity in and after Bowers v. Hardwick". *Virginia Law Review*, v. 79, n.7, pp. 1721-1780, 1993.

HART, Herbert. *Direito, liberdade, moralidade*. Tradução de Gerson Pereira dos Santos. Porto Alegre: SAFE, 1987.

HERMAN, Didi. *The antigay agenda: orthodox vision and the christian right*. Chicago: University of Chicago, 1997. Versão Kindle.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. "Tendências do Direito Civil no Século XXI". *Revista Trimestral de Direito Civil*, v.10, pp. 211-227, 2002.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Tradução de Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2008.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Tradução de João Baptista Machado. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LAFER, Celso. "A importância da laicidade no século XXI". *O Estadão*. São Paulo, 15 de maio de 2016.

LATOUR, Bruno. "Não congelarás a imagem ou como não desentender o debate ciência-religião". *Mana*, v. 10, n. 2, p. 349-376, 2004.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. "Entidades Familiares constitucionalizadas: para além do *numerus clausus*". *Revista Brasileira de Direito de Família*, Porto Alegre, n. 12, pp.40-55, 2002.

_____. "Constitucionalização do direito civil". *Revista de Informação legislativa*, Brasília, a. 36, n. 141, jan./mar., p. 99-109, 1999.

LOPES, José Reinaldo de Lima. "O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas". In: RIOS, Raupp; GOLIN, Célio; LEIVAS, Paulo (orgs.). *Homossexualidade e direitos sexuais*: reflexões a partir da decisão do STF. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MELLO, Luiz. *Novas famílias*: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

MENDES, Conrado Hübner. “Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação”. Tese de doutorado em Ciência Política. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.

MISKOLCI, Richard. “A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização”. *Sociologias*, ano 11, n. 21, pp. 150-182, 2009.

_____. “Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 101-128, 2007.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. *A proteção da criança no cenário internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

_____. *Direitos da criança e adoção internacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MONTERO, Paula. “Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso”. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.32, n. 1, pp. 167-183, 2012.

_____. “Religião, laicidade e secularismo: um debate contemporâneo à luz do caso brasileiro”. *Cultura y Religión*, v. 2, n. 2, pp. 13-31, 2013.

_____. “Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil”. *Novos Estudos*, n. 74, p. 47-65, 2006.

_____. “Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil”. *Revista Etnográfica*, vol. 13, n. 1: 7-16, 2009.

MORAES, José Luiz Souza de. “União entre pessoas do mesmo sexo, a ordem pública brasileira e o direito internacional privado”. In: MONACO, Gustavo Ferraz de Campos; FULCHIRON, Hugues (orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos, seus deveres*. São Paulo: Intelecto, 2016.

MOREIRA, José Adilson. “We are Family! Legal recognition of same-sex unions in Brazil!” *The American Journal of Comparative Law*, v. 60, n. 4, pp. 1003-1042, 2012.

MURRAY, Heather. *Not in this family: gays and the meaning of kingship in postwar North America*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 2010.

NAGAMINE, Renata Reverendo Vidal K. NATIVIDADE, Marcelo. “Entre hospitalidade e hostilidade: políticas sexuais em perspectiva internacional”. In: NATIVIDADE, Marcelo (org.). *Nas margens da política: Estado, religião e direitos sexuais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NAGAMINE, Renata; BARBOSA, Olívia; NATIVIDADE, Marcelo. “Questão de família: um olhar antropológico sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil”. In: *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, v.61, n.3, pp.233-257, 2016.

NATIVIDADE, Marcelo. “Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, p.115-132, 2006.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro. *Novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

PEREIRA JR, Antônio Jorge. “A co-regulação da família pelos círculos sociais (sociedade civil e Estado): um diálogo com a Constituição Federal do Brasil”. *Direito de família [Recurso eletrônico online]*. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=1e14bfe2714193e7>>. Acesso em 29 de dezembro de 2016.

PEREIRA, Rodrigo. “*Princípios fundamentais e norteadores para a organização jurídica da família*”. Tese de Doutorado em Direito, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2004.

_____. “O novo código civil já nasce velho”. *Folha de São Paulo*, publicado em 10 de agosto de 1996.

PERLINGIERE, Pietro. *Perfis do direito civil: introdução ao direito civil constitucional*. Tradução de Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

PERROT, Michelle. "Introduction". In: ÀRIES, Philippe; DUBY, George (orgs.). *Histoire de la vie privée: de la révolution à la grande guerre*. Paris: Seuil, 1987.

PIERUCCI, Antônio Flávio. “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte”. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice e ANPOCS, pp.104- 132, 1989.

RAWLS, John. *O direito dos povos. Seguido de “A ideia de razão pública revista”*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *O liberalismo político*. Tradução de Dinah Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 2000.

RAWLS, John. “The ideia of public reason revisited”. *University of Chicago Law Review*, v. 64, n. 3, pp. 765-807, 1997.

REALE, Miguel. “As entidades familiares”. Disponível em: <<http://www.miguelreale.com.br/artigos/entfam.htm>>. Acesso em 04 de novembro de 2016.

_____. “*Cônjuges e Companheiros*”. Disponível em <<http://www.miguelreale.com.br/>> Acesso em 07 de julho de 2015.

_____. *O projeto do novo código civil*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

REGNERUS, Mark. "Parental same-sex relationships, family instability, and subsequent life outcomes for adult children: answering critics of the new family structures study with additional analyses". *Social Science Research*, v. 41, pp. 1367-1377, 2012.

RIOS, Roger Raupp et al. (orgs.). *Homossexualidade e direitos sexuais*: reflexões a partir da decisão do STF. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ROUDINESCO, Elizabeth. *A família em desordem*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAKALAUSKA BARREIRA, Karen Elaine. "O Supremo Tribunal Federal e os tratados internacionais de direitos humanos: uma análise política das decisões judiciais". Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade de Campinas. Campinas: 2013.

SARMENTO, Daniel. "Casamento e união estável entre pessoas do mesmo sexo: perspectivas constitucionais". In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (orgs.). *Igualdade, diferença e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. "A epistemologia do armário". *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 19-54, 2007.

SHOETER, Edward. *La naissance de la famille moderne XVIII^e-XX^e siècle*. Traduction de Serge Quadrupani. Paris: Seuil, 1977.

SILVA, Virgílio Afonso da. "La unión entre personas del mismo género: ¿cuán importantes son los textos y las instituciones?" *Discusiones*, v.2, n. 15, pp. 171-203, 2014.

SIMÃO, José Fernando. "Se o Estatuto da Família for aprovado, o STF o declarará inconstitucional". *Revista Consultor Jurídico*. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2015-fev-22/processo-familiar-estatuto-familia-for-aprovado-stf-julgara-inconstitucional>>. Acesso em 02 de janeiro de 2017.

STRATHERN, Marilyn. "Necessidade de pais, necessidade de mães". Tradução de Marcos Santarrita. *Estudos Feministas*, ano 3, n. 2, pp. 303-329, 1995.

_____. *Parentesco, direito e o inesperado*: parentes são sempre uma surpresa. Tradução de Stella Zagatto Paterniani. São Paulo: Unesp, 2015.

STRECK, Lênio. "Sobre a decisão do STF (uniões homoafetivas)". Disponível em <<http://leniostreck.blogspot.com.br/2011/06/sobre-decisao-do-stf-unioes.html>>. Acesso em 30 de dezembro de 2016.

STRECK, Lênio; BARRETO, Vicente; OLIVEIRA, Rafael de. "Ulisses e o canto das sereias: sobre ativismos judiciais e os perigos da instauração de um 'terceiro turno da constituinte'". *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, v.1, n.2, pp. 75-83, 2009, p.78.

TARNOVSKI, Flávio. "Devenir père homosexuel en France: la construction sociale du désir d'enfant". *Etnográfica*, v. 16, n. 2, pp. 247-267, 2012

_____. "Homoparentalidade à brasileira: paternidade homossexual em contextos relacionais". *Boletín Del Proyecto Sexualidades Salud y Derechos Humanos En America Latina*, v. n. 8, pp. 1-8, 2004.

TEPEDINO, Gustavo. "A disciplina civil-constitucional das relações familiares". In: *Temas de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

TEPEDINO, GUSTAVO. "Opinião doutrinária *pro bonus* ao Instituto de Direito Civil acerca da interpretação constitucional do art. 1.793 do Código Civil brasileiro". Disponível em

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAAahUKEwiFoqSCxcnGAhXDEpAKHYQZBBA&url=http%3A%2F%2Fwww-antigo.mpmg.mp.br%2Fportal%2Fpublic%2Finterno%2Farquivo%2Fid%2F24115&ei=ngucVYXbFcOlwASEs5CAAQ&usg=AFQjCNEcw3keHNV8_mNI_IHkDymNFgpDQA&sig2=jU9AIUAIIdM9UtlCwCVXvZA>. Acesso em 07 de julho de 2015.

THÉRY, IRÈNE. *Mariage et filiation pour tous: une métamorphose inachevée*. Marseille: Seuil, 2016. Versão Kindle.

URBINATI, Nadia. "Laïcité in Reverse: Mono-Religious Democracies and the Issue of Religion in the Public Sphere". *Constellations*, v.17, n. 1, pp. 4-21, 2010.

_____. *Missione impossibile: la riconquista cattolica della sfera pubblica*. Bologna: Il Mulino, 2013. Versão Kindle.

UZIEL, Ana Paula. *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VAGGIONE, Juan Marco. "Reactive politicization and religious dissidence: the political mutations of the religious". *Social Theory and Practice*, v. 31, n. 2, pp. 233-255, 2005.

VAGGIONE, Juan Marco. "Sexualidad, religión y política em América Latina". In: CORRÊA, Sonia; PARKER, Richard (orgs.), *Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos*. Rio de Janeiro: ABIA, 2011.

VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo Baumann; SALLES, Paula Martins. "Dezessete anos de judicialização da política". *Tempo social*, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 2, pp. 39-85, 2007.

VILLAÇA, Álvaro. "União civil entre pessoas do mesmo sexo". In: *Direito de Família: a família na travessia do Milênio*. Congresso Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte: IBDFAM, 2000.

VILLAÇA, Álvaro. "União Homoafetiva". *Revista Juris da Faculdade de Direito*, Fundação Armando Álvares Penteado, v.5, pp.09-23, 2011.

VILLAÇA, Álvaro. “Unões entre pessoas do mesmo sexo”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 94, p. 13-31, 1999.

WALDRON, Jeremy. “The core of the case against judicial review”. *Yale Law Journal*, v. 115, 2006.

WESTON, Kath. *Families we choose: lesbians, gays, kinship*. New York: Columbia University, 1997.

ZARIAS, Alexandre. “A família do direito e a família no direito: a legitimidade das relações sociais entre a lei e a Justiça”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 74, 2010.

ZYLBERSZTAJN, Joana. “O princípio da laicidade na Constituição Federal de 1988”. Tese de Doutorado em Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2012.

Sites consultados

UJUCASP (União dos Juristas Católicos de São Paulo): < <http://ujucasp.org.br/>>.

ADFAS (Associação de Direito de Família e das Sucessões): <<http://www.adfas.org.br/>>.

IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família): <<http://www.ibdfam.org.br/>>.

Portal da Câmara dos Deputados: <<http://www2.camara.leg.br/>>.

Senado Federal: <<http://www12.senado.leg.br/hpsenado>>.